

COMO PAUTAR O FUTURO EM MEIO AO CAOS?

HOW TO GUIDE THE FUTURE IN THE MIDDLE OF CHAOS?

Daisy Moreira CUNHA ¹

Recebido em:19/05/2020
Aceito em:05/06/2020

RESUMO

Do ponto de vista da atividade de trabalho na gestão da FaE/UFMG, a Pensata elenca perplexidades face à conjuntura que associa conservadorismo religioso, político e epistêmico, trazendo interrogações sobre o que levar para o futuro.

Palavras-chave: COVID-19. Universidade pública. Trabalho. Gestão.

ABSTRACT

From the point of view of the work activity in the management of the FaE/UFMG, this essay lists perplexities in face of the conjuncture that associates religious, political and epistemic conservatism, raising questions about what to bring to the future.

Keywords: COVID-19. Public university. Work. Management.

São tempos terríveis, apavorantes mesmo. O novo coronavírus lastrou-se tanto quanto as mercadorias chinesas nestes tempos de globalização econômica e cultural. Ele emerge, justamente em um mercado de animais raros para sustentar desejos e necessidades do mundo *fashion* ou da gastronomia requintada das elites. Partindo de Wuhan, ganha lastro global na velocidade da luz, infectando e elucidando o que há de mais nefasto neste mundo cão.

Ele chega ao Brasil quando sublevam raízes conservadoras que estavam subterrâneas nos anos 80 e 90. Raízes que remontam à extinção indígena, à distribuição de terras em Capitâneas Hereditárias, à escravidão, à modernização conservadora dos anos 30, às ditaduras militares, ao machismo latino e à desigualdade econômica de todos os tempos... ampliando a dívida social do arremedo de Estado Providência. Sem preferências socioculturais ou econômicas, chega desvelando que a sociedade brasileira é pura desigualdade estrutural de classe, de raça, de gênero, de geração, regional... em cortes superpostos e articulados de exploração no tecido

¹ Universidade Federal de Minas Gerais.

histórico de todos os seus tempos. E nos encontra hoje, em plena pandemia governamental, com crescente processo de militarização das instâncias governamentais, do fortalecimento de movimentos que ocupam a Praça dos Três Poderes exigindo o fechamento do congresso e do Supremo, com claras violações constitucionais em meio a milhares de mortos infectados pelo novo coronavírus e outras formas de adoecimento do povo brasileiro. Não há nenhuma ação coerente por parte do governo central, deixando para os governos estaduais e municipais a responsabilidade de encontrar saídas no âmbito de seus territórios.

Na universidade pública, o (des)governo nos asfixia paulatinamente, desde janeiro de 2018. Primeiro, em aspectos relativos à nossa condição de subordinação jurídica no âmbito da Administração Pública. Cortes orçamentários já no início de 2018, reiterados em 2019. Soma-se a eles, ainda, o controle de gastos dos valores levantados por arrecadação própria. Administramos às cegas, sem saber ao certo qual será o orçamento anual. Sob elevada exigência de planejamento, marcado por nova lógica gerencialista que se aprofunda. Esses cortes vêm associados a normas administrativas restritivas em termos de autonomia universitária. Como, por exemplo, o intervencionismo na indicação de Reitores, ou seja, o não respeito à lista tríplice e às eleições diretas realizadas, democraticamente, nas Universidades públicas. Soma-se a isto o impacto de reformas importantes que nos atingem enquanto servidores públicos, como a Reforma da Previdência, por exemplo. São inúmeras aposentadorias precoces de professores-pesquisadores. Foram 17 aposentadorias de janeiro/2018 a maio/2020 na nossa unidade. São aposentadorias por direito, mas podemos considerá-las precoces porque muitas (os) ainda ficariam na Universidade consolidando grupos de pesquisa, caso não vissem seu direito de aposentadoria ameaçados. Nesse contexto, temos na FaE/UFMG 26 professores em Estágio Probatório, de um total de 139 professores efetivos. Além disso, um quinto das nossas professoras e nossos professores pesquisadores têm menos de cinco anos de Universidade. Isto torna o momento mais difícil porque é exatamente neste momento, de cortes orçamentários, que a universidade necessita de seus pesquisadores *sênior*s e grupos de pesquisa sólidos para angariar recursos próprios. Vale lembrar que crescem as exigências de produtividade para os pesquisadores como critério de distribuição de verbas de pesquisa, de vagas de docentes, etc., e isso nos atinge, diretamente, enquanto instituição.

São também muitas aposentadorias de Técnicos Administrativos, sendo que uma parte delas não será reposta porque muitos cargos administrativos estão sendo extintos. Hoje temos 60 funcionários efetivos, seis em Estágio Probatório. Foram 14 aposentadorias neste segmento entre janeiro/2018 e maio/2020. Além disso, foram retiradas as Funções Gratificadas cuja consequência é que as pessoas passam a desempenhar funções de responsabilidade sem remuneração adequada, ou, no mais das vezes, não encontramos pessoas dispostas a assumir tais encargos administrativos estratégicos. Esse aspecto requer ampla negociação interna para reordenar serviços e setores, reestruturar a carga de trabalho distribuindo-a de forma mais equânime sem desagregar completamente setores e serviços essenciais, sem esvaziar funções e sobrecarregar alguns postos. Há que se lembrar que, muitas vezes, os recursos de projetos por captação própria, exacerbam, em muito, a carga de trabalho dos Técnicos.

Todo esse esforço deve ser feito sem quebrar a conquista que foi a implantação das 30 horas na UFMG (Resolução Complementar 03/15, de 15/12/2015), conquista sindical, muito importante para melhoria da qualidade de vida dos funcionários e fruto de longa luta sindical, parte das reivindicações históricas do movimento operário de todos os tempos em termos da jornada de trabalho. Nesse contexto, essa conquista que não é para todos, está ameaçada, seja porque internamente nem todos os Técnicos Administrativos são favoráveis, pois muitos não as têm, assim como muitos docentes também não são favoráveis por não compreenderem a importância disso, administrativa e pedagogicamente. Externamente também existem ameaças a essa

conquista pela redução no quadro de servidores efetivos, o que traz tensões ao processo de reestruturação dos serviços, que exige o remanejamento de pessoal, internamente, nas unidades.

Além disso, por todo lado, e principalmente no Brasil, a Universidade pública segue contando com cada vez mais terceirizados: faxineiras(os), porteiras(os), vigias... homens e mulheres, parte deles em idade mais avançada, com pouca escolaridade, poucos direitos sociais, baixos salários e morando em bairros periféricos e/ou em condições bastante precárias. Um retrato do mercado de trabalho no Brasil. Uma vez afastados aqueles em situação mais vulnerável, particularmente aquelas(os) do grupo de risco, implementamos rodízio entre as(os) demais trabalhadoras(es) e exigimos disponibilização de insumos de proteção individual para elas(es), que continuam trabalhando nesses dias, procurando cuidar e guardar o patrimônio público, deslocando-se com alto risco no transporte coletivo. Não temos muita margem de governabilidade, quando se trata de assegurar Direitos do Trabalho no âmbito de contratações comerciais com nossos prestadores de serviços.

E os alunos? Como vivem estes tempos de pandemia? Onde se encontram? Pouco se sabe..., estão invisíveis...e opacos, nossas redes de comunicação com eles se mostram tênues, afinal, acostumados que estamos de encontrá-los no face a face dos dias...

A gestão de uma Unidade Acadêmica como a Faculdade de Educação da UFMG — dois Programas de Pós-graduação, sendo um deles avaliado com nota 7 pela CAPES, três Cursos de Especialização, quatro Cursos de Licenciatura e inúmeros projetos de pesquisa e extensão — impõe, então, uma tarefa política hercúlea. Ela é estratégica, mas se desdobra invisível no trabalho dos dias. É preciso responder aos novos constrangimentos, resguardando projetos de ensino, pesquisa e extensão que foram importantes na articulação das políticas públicas de educação no período dos Governos Lula e Dilma. E, claro, não se faz isso sozinho, pois o *ethos* institucional político e epistêmico é, e deve ser, inclusivo e coletivo. É preciso resistir ainda para manter conquistas políticas como as Ações Afirmativas, entre outras. A FaE/UFMG esteve à frente na crítica, na formulação das principais políticas públicas dos governos democráticos. Implementou várias dessas políticas junto às escolas básicas, através da formação de professores na Graduação e na Pós-Graduação, nos Cursos de Extensão. O coletivo da FaE é produtor de conhecimento em diálogo direto com os atores da Educação Brasileira em vários de seus eixos estruturantes: formação de professores, organização curricular, políticas de alfabetização/Educação Infantil, políticas de formação profissional, de inclusão de deficientes, LGBT, questões étnico-raciais, de gênero, entre outras. Nessas formulações, uma única unidade teórico-metodológica nos une, freirianos que somos: é a co-construção ou o compartilhamento nas formulações com os próprios sujeitos de nossas pesquisas e ações de formação, para quem, finalmente, as formulações político-epistêmicas são endereçadas. Não é feito para eles. É feito com eles.

Uma amostra de que a FaE aproveitou muito bem as aberturas no Direito à Educação universitária para camadas populares dos governos democráticos foi a criação dos cursos de Formação de Professores Indígenas (FIEI) e a Licenciatura em Educação no Campo (LeCAMPO) no bojo de políticas como o REUNI — o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas. São cursos pioneiros, referências nacionais, dando lastro ao trabalho da Universidade em várias cidades mineiras e em outros estados. Há ainda, um esforço incomensurável na manutenção do Doutorado Latino Americano (associado ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social) que nos coloca em contato com a realidade de vários países na América Latina. Assim, penso, a FaE vai procurando pautar o futuro em meio ao caos, buscando administrar poucos recursos, contornar os constrangimentos administrativos diversos, potencializar as poucas reservas em termos de alternativas que existem na unidade, construindo a duras penas algum consenso interno para assegurar a

governabilidade da instituição, o que se faz, é claro, com apoio interno da comunidade. Do contrário, isso seria impossível.

Parece exagero pensar na importância desses projetos e no fato de que, resguardá-los, não os deixar sucumbir, juntamente com a asfixia da instituição fomentada com programas como o Future-se e o de corte de Bolsas de Iniciação Científica na área de Ciências Humanas, dando prioridade absoluta para as áreas científicas e tecnológicas ligadas às Ciências Exatas e Naturais (!?), que exclui nossos alunos das áreas de Humanidades. Também vale lembrar as reestruturações conservadoras e restritas do PIBID, que quebram a espinha dorsal de um projeto de formação de professores que integra educadores da Escola Básica, licenciandas(os) e professoras e professores pesquisadores, cujo objeto central de estudo é o trabalho docente e seus obstáculos epistemológicos e políticos. Mas tais projetos são embriões de políticas públicas e de uma educação emancipatória em todos os níveis, no lastro das ações de ensino, pesquisa e extensão da FaE/UFMG.

Será necessário pontuar então que, associado ao conservadorismo religioso que marca os tempos, está o conservadorismo político e o conservadorismo epistêmico. Não é sem sentido, nesta conjuntura, querer deixar no esquecimento toda a produção acadêmica sobre os fundamentos do processo de Alfabetização e Letramento, no qual a FaE/UFMG é referência internacional, através do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE), para tentar impor práticas linguísticas dos anos 70, baseadas no método fônico. Ou querer privilegiar as normas pedagógicas das Escolas Militares, ou tentar votar projetos de Escola sem Partido, entre outros horrores de nossa época recente. Enfim, os ataques à Universidade Pública, são, finalmente, ataques à inteligência do novo, do rebelde, do crítico e do acerto de contas com estas correntes pandêmicas que desgovernam os direitos de todos desde sempre.

Neste contexto, o quadro se agrava com as orientações do Ministério da Educação que, através da Portaria n. 343/2020 indica a possibilidade da utilização em larga escala da modalidade à distância para a Educação Básica e Superior. Posteriormente, a Medida Provisória n.934 retira a obrigatoriedade dos 200 dias letivos, redefinindo carga horária mínima para os níveis e modalidades da Educação Nacional. Todos sabemos que as escolas são fonte de disseminação do novo coronavírus, daí a importância de mantê-las inativas neste momento. Mas, tais ações, em meio às necessárias medidas de isolamento social em que estamos e se aproveitando deliberadamente desse isolamento, não são realizadas sem consequências nefastas ao Direito à Educação. Essas diretivas do MEC agravam a desigualdade da oferta educacional e o Direito à Educação de qualidade de modo equânime nesse âmbito, já que não são instituídos em um contexto de planejamento coletivo e articulado entre os entes federativos. Cada um dos mais de cinco mil sistemas de ensino brasileiros — Federal, Estaduais e Municipais — carecem de competência técnica e parques tecnológicos adequados à implementação de ações organizadas nesta direção. Entretanto, particularmente nas Universidades e Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, há competência técnica para viabilizar alternativas, apesar da infraestrutura frágil (pelo menos a que conhecemos e sabemos existir, de fato). Nesse cenário, nossos alunos e alunas têm acesso desigual às tecnologias de informação e de comunicação, incluindo acesso a aplicativos, softwares, dispositivos, entre outros, além de não contarem com acompanhamento escolar em casa, cujas diferenças acentuam ainda mais a desigualdade. Isso é o mais agravante no cenário que enfrentamos na pandemia de 2020 em relação a elas(es).

Eis um contexto mais geral.

Nele, descobro-me imensamente sozinha na sala da Diretoria da FaE, escrevendo esta Pensata. Opero um espaço virtual sem limites claros, articulando, dentro do possível e alcançável, ações imprescindíveis para a continuidade institucional no trabalho remoto. Trabalho imaterial,

invisível, de alcance incerto. Exilada das redes presenciais no trabalho, sem contato físico algum. Sinto frio. Estou apreensiva. Tenho medo. Por outro lado, um acontecimento íntimo me devasta o peito numa angústia e dor irremediável... Sem projetos de longo alcance, sem direção, sem amparo, caminhos que trouxeram a mim e várias(os) a lugar nenhum. Falta sentido nos dias, a lembrar que sou/somos demasiadamente humana(os) neste momento.

Sabemos que "nada será como antes / amanhã...". Tempos mais que obscuros em que o virtual traz algum calor à lembrança, mas sem o conforto térmico das redes de amigos e parentes, também recolhidos.

Destinos a viver.

Tempos para pensar...

“O que é
é
O que não é
É possível
Apenas o que não é
É possível”

(Einsturzende Neubauten²).

Qualquer saída desta conjuntura nefasta convoca-nos à reconstrução coletiva do significado do viver junto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Medida Provisória. nº 934, DE 1º de abril de 2020. Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 abr. 2020. Seção 1 - Extra, p. 1. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em: 21 mai. 2020.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 mar. 2020. p. 39. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 21 mai. 2020.

Einstürzende Neubauten. **WIKIPEDIA**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Einst%C3%BCrzende_Neubauten. Acesso em: 22 mai. 2020.

² Banda alemã de música experimental. As letras são frequentemente centradas em temas como o caos urbano (Kollaps), anticonsumismo, viagens lisérgicas (Zentrales Nervensystem), existencialismo, morte e estados psicológicos profundos e extremos como amor e depressão (Ein Stuhl in der Hoelle, traduzindo algo como, “uma cadeira no inferno”).